

Sumário

Número de notícias: 19 | Número de veículos: 11

PORTAL R7 - NACIONAL - BRASÍLIA
ANFIP

Entenda o projeto para liberar jogos de azar em avaliação na Câmara 3

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Servidores pressionam por reajuste salarial 6

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Movimento em cascata 8

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Ano eleitoral: como ficam as prioridades? 10

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lira cobra do Senado solução para baixar gasolina e diz que governadores miram eleição
..... 14

PORTAL UOL - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Bolsonaro busca líder no Senado empenhado em alavancar sua reeleição 16

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Instituições têm papel central para dissipar crise de confiança no Brasil (Editorial)
..... 18

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Aumento da desigualdade 19

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Equilíbrio ajuda a atrair investimento 20

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

País precisa de nova âncora fiscal 21

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
ECONOMIA

Perspectivas da economia brasileira neste ano (Artigo) 25

FOLHA DE S. PAULO - SP - ENTREVISTA DA 2ª
ECONOMIA

Alckmin é contradição a tudo o que PT fez, e Lula não precisa de muleta 27

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Analistas cortam previsões para economia dos EUA 30

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Os emergentes e os riscos externos (Editorial) 31

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Brasil vive ameaça de "tempestade perfeita", afirma Zilberman..... 32

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Uso de FGTS para moradia popular perde força em 2021 33

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Dívida global com rendimento negativo recua para US\$ 10 tri..... 34

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Renegociação de dívidas volta à cena com alta da inflação..... 35

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
POLÍTICA

Após longa folga e funk em lancha, Bolsonaro perde força entre os evangélicos - COLUNA DO
ESTADÃO 36

Entenda o projeto para liberar jogos de azar em avaliação na Câmara

Brasília

/
Sarah Teófilo, do R7, em Brasília

Assunto polêmico no parlamento, o Marco Regulatório dos Jogos no Brasil, que prevê a legalização e regulamentação de jogos de azar, deve entrar na pauta de votação da Câmara dos Deputados logo no retorno dos trabalhos legislativos, em fevereiro. A previsão foi anunciada pelo presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), no fim do ano passado, nas últimas sessões. Na ocasião, eles votaram a urgência do texto e Lira deu início às discussões. A matéria tramita há 31 anos e, de lá para cá, recebeu outros acréscimos.

A matéria é relatada por Felipe Carreras (PSB-PE), que apresentou em plenário, no fim de 2021, um novo relatório, com algumas alterações, como a inclusão do jogo do bicho após discussão com parlamentares da bancada da segurança pública.

No ano passado, ao R7, Carreras defendeu a necessidade de regularizar os jogos para gerar mais empregos e para que o estado brasileiro possa arrecadar. Em um dos relatórios anteriores, o texto pontua que "calcula-se que os jogos ilegais no Brasil movimentem mais de R\$ 27 bilhões por ano, superando em quase 60% os oficiais, que geram R\$ 17,1 bilhões".

Entre os que apontam problemas na liberação, o vice-presidente de Assuntos Fiscais da **Anfip (Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil)**, Crésio Pereira de Freitas, diz que os jogos de azar têm um "custo social alto". "Embora seja uma mudança que possa criar empregos, como os defensores dizem, e aumentar a arrecadação federal, há um custo social alto", afirma. Para ele, a liberação dos jogos de azar vem acompanhada do aumento da prostituição, do tráfico de drogas e da lavagem de dinheiro.

O projeto é amplamente criticado pela oposição, que aponta que o grupo de trabalho formado por Lira, no segundo semestre do ano passado, discutiu pouco a matéria.

Confira abaixo detalhes sobre o que prevê a matéria:

O projeto prevê a prática e exploração de jogos de cassino, de bingo, de vídeo-bingo, online, do bicho e apostas turfísticas (corrida de cavalo). A exploração dos jogos só pode ocorrer por pessoas jurídicas licenciadas pelo órgão regulador e supervisor federal. No caso da corrida de cavalo, as entidades precisam estar credenciadas no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e poderão pedir licença para explorar também os jogos de bingo e vídeo-bingo.

As entidades que desejarem explorar os jogos de azar precisarão ter o registro dos agentes de jogos, dos estabelecimentos físicos, das máquinas e dos apostadores. O projeto propõe a criação de um "Sistema Nacional de Jogos e Apostas", composto por, dentre outros, um órgão regulador, um supervisor federal e as entidades operadoras dos jogos.

A proposta estabelece um imposto, o CIDE-jogo, com o valor de alíquota de 17% para os jogos, além da taxa de fiscalização para emissão da licença. No caso dos ganhadores de prêmios, a incidência do imposto de renda sobre pessoa física (IRPF) será de 20% sobre o ganho líquido (ou seja, descontando o valor pago para apostar). Haverá isenção caso o valor do ganho líquido seja de até a R\$ 10 mil. Os recursos do CIDE serão distribuídos para diversas áreas, sendo a maior parte para o Fundo de Participação dos Municípios (20%) e o Fundo de Participação dos Estados (20%).

As entidades interessadas em operar casas de jogos passarão por leilão público.

No caso dos cassinos, a empresa interessada precisa ter capital social de no mínimo R\$ 100 milhões. A validade da licença é de 30 anos, renovável por igual período, sendo proibida a licença de mais de um estabelecimento por estado ao mesmo grupo econômico e mais de cinco para o mesmo grupo econômico no território nacional. O texto prevê que, para a licença, é preciso observar como critério de seleção pontos como o número de empregos a ser criados, mas não estabelece regras de forma pontual.

A matéria estabelece que só pode ter uma licença por estado com até 15 milhões de habitantes, duas licenças para estados entre 15 milhões e 25 milhões

de habitantes (apenas Minas Gerais) e três licenças para estados com mais de 25 milhões de habitantes - neste caso, apenas São Paulo.

O texto determina que os cassinos devem funcionar em complexos integrados de lazer construídos para esse fim. Esses complexos precisam ter acomodações hoteleiras de alto padrão, com hotéis de, pelo menos, 100 quartos; locais para a realização de reuniões e eventos sociais, culturais ou artísticos de grande porte; restaurantes e bares; e centros de compras.

No caso dos bingos e jogo do bicho, a licença também ocorre por meio de leilão, sendo que a empresa precisa de capital social de R\$ 10 milhões. Os exploradores de jogo do bicho precisam apresentar, ainda, para conseguir licença, uma reserva de recurso em garantia para pagamento.

Um dos pontos mais importantes do texto é o que prevê que, nos prêmios do jogo do bicho, não será necessária a identificação do apostador até o limite de isenção do imposto de renda - ou seja, até prêmios de R\$ 10 mil.

Há o limite de um bingo a cada 150 mil habitantes por município. Os espaços podem ter, no máximo, 400 máquinas de vídeo-bingo. É possível usar estádios com capacidade acima de 15 mil lugares. O texto ainda pontua que, no caso dos bingos, a autorização para exploração é de 20 anos renovável por igual período.

A possibilidade de lavagem de dinheiro é um dos problemas levantados por quem critica o projeto. A matéria tenta trazer formas de evitar isso, prevendo um programa de gestão com um sistema "cashless" (sem cédula), "que impede a introdução de moedas ou cédulas de dinheiro nas máquinas eletrônicas e mesas de jogos de azar".

Esse sistema, segundo o texto, implicará no armazenamento de créditos em cartão, com a identificação do jogador, em conta única, vedando a inserção de cédulas ou moedas em máquina eletrônica ou qualquer tipo de jogo.

Vice-presidente da **Anfip**, Crésio Freitas afirma, entretanto, que o mecanismo não é suficiente para impedir corrupção. "Pode haver conluio da casa ou de um funcionário com um corrupto, simulando nomes, por exemplo. Há muitas formas de fazer lavagem de dinheiro. E, na medida em que a gente vai apertando os sistemas para coibir algumas formas, vão surgindo outras", afirma.

Trecho da matéria determina que todos os jogadores sejam identificados pelo CPF e pela identidade. Um

trecho, entretanto, abre brecha para apostadores do jogo do bicho, quando permite que não haja identificação dos vencedores de prêmios isentos de **impostos** (até R\$ 10 mil).

O texto não traz, de forma clara, como serão as ações para evitar lavagem de dinheiro, a não ser a proposta de não se usar cédulas ou moedas. Um dos trechos diz, por exemplo, que cabe às próprias entidades operadoras - ou seja, os grupos privados que vão operar os jogos - a implementação de política que busque "prevenir a sua utilização para as práticas de lavagem de dinheiro e de financiamento do terrorismo".

Também serão essas entidades operadoras as responsáveis pela coleta de dados e atualização cadastral para identificação de apostadores, funcionários e prestadores de serviço terceirizado. Elas deverão registrar as apostas e identificar situações suspeitas, assim como informá-las ao Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras). O órgão deverá ser informado no caso de recebimento ou pagamento, isolado ou agregado em um dia, de valores de apostas iguais ou superiores a R\$ 10 mil.

O vício nos jogos é chamado de "ludopatia", reconhecido como uma dependência patológica. A questão é um dos pontos citados por quem é contrário à legalização dos jogos de azar no Brasil.

O projeto traz algumas propostas nesse sentido, como o registro de proibidos, um banco de dados de apostadores impedidos de adentrar nos ambientes de jogos.

O texto prevê a criação de um Registro Nacional de Proibidos (Renapro), onde ficarão os nomes dessas pessoas. A matéria aponta que as empresas controladoras dos jogos deverão elaborar medidas para garantir "a prática do jogo de maneira moderada, não compulsiva" e responsável, mas não determina ações claras.

O projeto também propõe a criação de um rol específico de crimes contra o jogo e a aposta, criminalizando quem explora qualquer tipo de jogo "sem o atendimento dos requisitos propostos no diploma regulamentador", prevendo que a "exploração ilegal de jogos deixa de ser contravenção penal e passa a ser crime", com pena de reclusão que pode chegar a sete anos.

Também estaria no rol de crimes fraudar o resultado do jogo ou aposta e impor dificuldade na ação fiscalizadora do Poder Público. Um dos trechos da matéria também prevê que, no caso da lei de lavagem de dinheiro, a aplicação de penalidade em dobro a

crimes cometidos com o auxílio da exploração de jogos e apostas.

O projeto cria uma taxa de fiscalização (Tafija), composta por valores coletados das operadoras de jogos. Elas deverão pagar trimestralmente um valor fixo por estabelecimento: R\$ 20 mil (casas de bingo); R\$ 30 mil (casas de corrida de cavalo); R\$ 600 mil (cassinos) e R\$ 20 mil (jogo do bicho).

Site: <http://noticias.r7.com/brasil/entenda-o-projeto-para-liberar-jogos-de-azar-em-avaliacao-na-camara-17012022>

Servidores pressionam por reajuste salarial



Israel Medeiros

A primeira de três paralisações de **servidores públicos** está marcada para amanhã. A expectativa, segundo líderes sindicais, é que a mobilização neste e no próximo mês seja a maior desde 2015. Os fóruns e associações que organizam os atos representam ao menos 1,2 milhão de servidores em todo o país, desde a elite do funcionalismo até o "carreirão". Eles pedem reajustes salariais após o Congresso ter aprovado um espaço de R\$ 1,9 bilhão no Orçamento para reajustes a policiais.

As demais categorias do serviço público, a começar pelos auditores da **Receita Federal**, se sentiram discriminados e passaram a pressionar o Ministério da Economia na tentativa de combater a medida que privilegiou os policiais, que compõem a base do governo Bolsonaro. O grande erro do presidente, segundo especialistas, foi não ter previsto que o aumento a categorias específicas resultaria em um efeito cascata.

No governo, há um receio de que, se o aumento for efetivado aos policiais (ainda não está garantido, segundo o próprio presidente Jair Bolsonaro), a questão vá parar no Supremo Tribunal Federal (STF). Se esse for o caso, a Corte pode decidir a favor do reajuste salarial a todo o funcionalismo público, o que poderia ter um impacto que varia de R\$ 3 bilhões a R\$ 4 bilhões. Esse valor é o dobro daquele que foi separado pelo Executivo para a reestruturação com reajuste de salário para carreiras policiais.

Enquanto uma definição não sai, o caldo das paralisações engrossa. Na sexta-feira, o Fórum das Entidades Nacionais dos **Servidores Públicos** Federais (Fonasef) decidiu, em reunião, participar dos

atos do dia 18. A entidade tem, entre seus integrantes, a Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef), que representa 1 milhão de servidores federais, cerca de 80% do funcionalismo público.

No dia da paralisação, a Confederação pretende entregar, no Ministério da Economia, uma reivindicação de reajuste emergencial de 19,99% ? o que corresponde à **inflação** dos três anos de governo Bolsonaro. A ideia é deflagrar uma greve a partir de 14 de fevereiro ? com o restante do funcionalismo público, que planeja cruzar os braços de forma generalizada. A paralisação duraria 11 dias.

Segundo Sérgio Ronaldo da Silva, secretário-geral da Condsef, apesar da falta de resposta do governo, a intenção da Confederação é esgotar todas as tentativas de diálogo antes de partir para o enfrentamento por meio de uma greve. "Queremos dialogar antes de ir para o conflito. Até agora, o governo não sinalizou pelo diálogo. Nós temos um prazo que vai até 3 de abril e acreditamos que, até lá, temos como instituir um consenso. Caso não tenha retorno, vamos nos reunir no dia 27 e depois declarar greve a partir de 14 de fevereiro", disse.

"Estamos construindo as etapas até para não ter ilegalidade. A justiça pede isso. A gente só pode deflagrar uma greve quando o diálogo for esgotado. Esperamos que o governo tenha disposição para nos ouvir. Foi isso que construímos na sexta-feira. O dia 18 vai ser um dia nacional de luta e esperamos que consigamos construir uma plataforma de diálogo", pontuou Silva.

Áreas essenciais

Já o Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), que lidera as mobilizações marcadas para este mês, representa 200 mil servidores da elite do funcionalismo público. Entre eles, áreas essenciais, como a Associação Brasileira de Criminalística (ABC), a Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (ADPF), Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos Federais (Anadef), e associações que representam Peritos Criminais, auditores de Controle Externo, membros do Ministério Público, Banco Central, Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Poder Legislativo.

Uma paralisação dessas categorias pode significar um

impacto significativo não só nas atividades públicas, como no caso daquelas ligadas ao combate ao crime, como também pode ter impactos severos no setor privado e no mercado financeiro. No caso dos servidores da CVM, por exemplo, uma eventual greve poderia prejudicar negociações, impedir investimentos e derrubar a bolsa de valores brasileira.

Segundo o presidente do SindCVM, Hertz Viana Leal, que representa os servidores do órgão, não há paralisação marcada, ao menos por enquanto. A entidade aconselha os servidores que estiverem em Brasília ? a maior parte fica no Rio de Janeiro ? a participarem do ato do próximo dia 18. O sindicato, segundo Leal, não aceitará "discriminação" e planeja aderir à greve geral, caso o governo não ofereça uma solução.

Além do reajuste salarial, os funcionários da CVM pedem a reposição de quadros, com a realização de novos concursos públicos. "Argumentamos sobre o crescimento do mercado de capital, especificidades que trabalhamos, enfrentamento que precisamos ter. Nós fiscalizamos um mercado grande, de grandes empresas, que requer servidores bem pagos. Como vamos fiscalizar o setor financeiro se não tivermos capacidade de recrutar, fazer concurso público?", questiona Leal. O último concurso para a CVM foi feito em 2010.

Ele explica que o aumento de investidores na bolsa tem tornado o trabalho da CVM ainda mais difícil, mas que, até o momento, o órgão tem conseguido combater fraudes e manter o mercado com boa confiabilidade. Entretanto, se a greve for deflagrada, a situação é outra: "Os investidores não vão querer investir num mercado onde possam ocorrer fraudes, que possam ter deslealdades. Nós fiscalizamos o mercado, o comportamento dos fundos. Se os fundos podem utilizar informações privilegiadas e prejudicar os investidores, vai haver uma queda nas bolsas, as pessoas não vão ter confiança no mercado. É muito negativo para o mercado em geral e se não vêm investimentos, a economia para", diz.

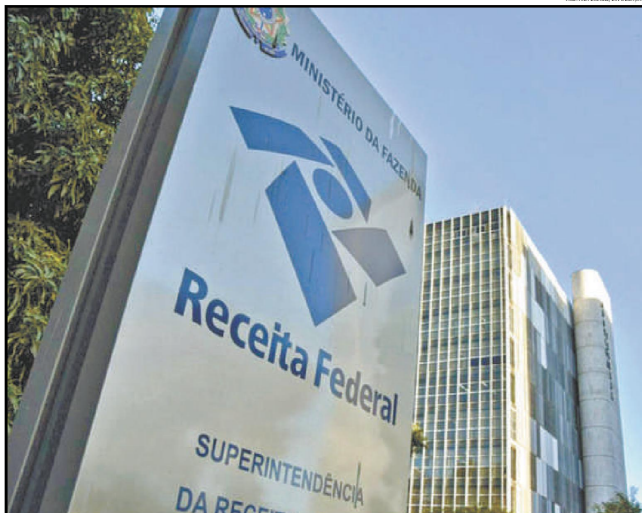
Tiro no pé

A avaliação é de que Bolsonaro errou ao tentar privilegiar os policiais e agora apela para a "sensibilidade" dos servidores para tentar evitar uma greve geral. Ao menos publicamente, já que o governo não recebe os líderes sindicais ? com exceção da Receita, cujo sindicato foi recebido por Guedes na semana passada, sem avanços concretos. A possibilidade de o governo voltar atrás e não dar aumento para ninguém pode ser um grande problema para o presidente nas eleições deste ano.

Para o cientista político André Rosa, a situação é "desastrosa". Ele explica que, do ponto de vista eleitoral, é natural que grande parte do eleitorado se oponha ao aumento dos **servidores públicos**, já que a classe é vista como privilegiada. Portanto, esse não deve ser um problema para a campanha de Bolsonaro este ano. No entanto, prometer à base eleitoral um aumento e voltar atrás pode ser um tiro no pé, especialmente porque o mandatário está em uma posição ruim nas pesquisas e tem cada vez menos apoio.

"O eleitor vai entender que não é um momento para o servidor público. Isso dá até mais coro para a reforma administrativa. Mas o lobby dos servidores é forte e dentro do próprio governo há resistência quando o assunto é mexer com os servidores. O problema é o Bolsonaro sinalizar aumento apenas para os policiais e não expandir para as outras categorias. A derrapada do Bolsonaro é essa, dizer que não vai ter aumento para ninguém", avaliou.

Movimento em cascata



Audidores da Receita Federal, o exemplo de outras categorias do serviço público, se sentiram discriminados e passaram a pressionar por aumento

Israel Medeiros

A primeira de três paralisações de **servidores públicos** está marcada para amanhã. A expectativa, segundo líderes sindicais, é que a mobilização neste e no próximo mês seja a maior desde 2015. Os fóruns e associações que organizam os atos representam ao menos 1,2 milhão de servidores em todo o país, desde a elite do funcionalismo até o "carreirão". Eles pedem reajustes salariais após o Congresso ter aprovado um espaço de R\$ 1,9 bilhão no orçamento para reajustes a policiais.

As demais categorias do serviço público, a começar pelos auditores da **Receita Federal**, se sentiram discriminados e passaram a pressionar o Ministério da Economia na tentativa de combater a medida que privilegiou os policiais, que compõem a base do governo Bolsonaro. O grande erro do presidente, segundo especialistas, foi não ter previsto que o aumento a categorias específicas resultaria em um efeito cascata.

No governo, há um receio de que, se o aumento for efetivado aos policiais (ainda não está garantido, segundo o próprio presidente Jair Bolsonaro), a questão vá parar no Supremo Tribunal Federal (STF). Se esse for o caso, a Corte pode decidir a favor do reajuste salarial a todo o funcionalismo público, o que poderia ter um impacto que varia de R\$ 3 bilhões a R\$ 4 bilhões. Esse valor é o dobro daquele que foi separado pelo Executivo para a reestruturação com reajuste de salário para carreiras policiais.

Enquanto uma definição não sai, o caldo das paralisações engrossa. Na sexta-feira, o Fórum das

Entidades Nacionais dos **Servidores Públicos** Federais (Fonasef) decidiu, em reunião, participar dos atos do dia 18. A entidade tem, entre seus integrantes, a Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef), que representa 1 milhão de servidores federais, cerca de 80% do funcionalismo público.

No dia da paralisação, a Confederação pretende entregar, no Ministério da Economia, uma reivindicação de reajuste emergencial de 19,99% - o que corresponde à **inflação** dos três anos de governo Bolsonaro. A ideia é deflagrar uma greve a partir de 14 de fevereiro - com o restante do funcionalismo público, que planeja cruzar os braços de forma generalizada. A paralisação duraria 11 dias.

TENTATIVA DE DIÁLOGO Segundo Sérgio Ronaldo da Silva, secretário-geral da Condsef, apesar da falta de resposta do governo, a intenção da Confederação é esgotar todas as tentativas de diálogo antes de partir para o enfrentamento por meio de uma greve. "Queremos dialogar antes de ir para o conflito. Até agora, o governo não sinalizou pelo diálogo. Nós temos um prazo que vai até 3 de abril e acreditamos que, até lá, temos como instituir um consenso. Caso não tenha retorno, vamos nos reunir no dia 27 e depois declarar greve a partir de 14 de fevereiro", disse.

"Estamos construindo as etapas até para não ter ilegalidade. A justiça pede isso. A gente só pode deflagrar uma greve quando o diálogo for esgotado. Esperamos que o governo tenha disposição para nos ouvir. Foi isso que construímos na sexta-feira. O dia 18 vai ser um dia nacional de luta e esperamos que consigamos construir uma plataforma de diálogo", pontuou Silva.

ÁREAS ESSENCIAIS Já o Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), que lidera as mobilizações marcadas para este mês, representa 200 mil servidores da elite do funcionalismo público. Entre eles, áreas essenciais, como a Associação Brasileira de Criminalística (ABC), a Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (ADPF), Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos Federais (Anadef), e associações que representam Peritos Criminais, auditores de Controle Externo, membros do Ministério Público, Banco Central, Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Poder Legislativo.

Uma paralisação dessas categorias pode significar um impacto significativo não só nas atividades públicas, como no caso daquelas ligadas ao combate ao crime, como também pode ter impactos severos no setor privado e no mercado financeiro. No caso dos servidores da CVM, por exemplo, uma eventual greve poderia prejudicar negociações, impedir investimentos e derrubar a bolsa de valores brasileira.

Segundo o presidente do SindCVM, Hertz Viana Leal, que representa os servidores do órgão, não há paralisação marcada, ao menos por enquanto. A entidade aconselha os servidores que estiverem em Brasília - a maior parte fica no Rio de Janeiro - a participarem do ato amanhã. O sindicato, segundo Leal, não aceitará "discriminação" e planeja aderir à greve geral, caso o governo não ofereça uma solução.

Além do reajuste salarial, os funcionários da CVM pedem a reposição de quadros, com a realização de novos concursos públicos. "Argumentamos sobre o crescimento do mercado de capital, especificidades que trabalhamos, enfrentamento que precisamos ter. Nós fiscalizamos um mercado grande, de grandes empresas, que requer servidores bem pagos. Como vamos fiscalizar o setor financeiro se não tivermos capacidade de recrutar, fazer concurso público?", questiona Leal. O último concurso para a CVM foi feito em 2010.

Ele explica que o aumento de investidores na bolsa tem tornado o trabalho da CVM ainda mais difícil, mas que, até o momento, o órgão tem conseguido combater fraudes e manter o mercado com boa confiabilidade. Entretanto, se a greve for deflagrada, a situação é outra: "Os investidores não vão querer investir num mercado onde possam ocorrer fraudes, que possam ter deslealdades. Nós fiscalizamos o mercado, o comportamento dos fundos. Se os fundos podem utilizar informações privilegiadas e prejudicar os investidores, vai haver uma queda nas bolsas, as pessoas não vão ter confiança no mercado. É muito negativo para o mercado em geral e se não vêm investimentos, a economia para", diz.

TIRO NO PÉ A avaliação é de que Bolsonaro errou ao tentar privilegiar os policiais e agora apela para a "sensibilidade" dos servidores para tentar evitar uma greve geral. Ao menos publicamente, já que o governo não recebe os líderes sindicais - com exceção da Receita, cujo sindicato foi recebido por Guedes na semana passada, sem avanços concretos. A possibilidade de o governo voltar atrás e não dar aumento para ninguém pode ser um grande problema para o presidente nas eleições deste ano.

Para o cientista político André Rosa, a situação é "desastrosa". Ele explica que, do ponto de vista

eleitoral, é natural que grande parte do eleitorado se oponha ao aumento dos **servidores públicos**, já que a classe é vista como privilegiada. Portanto, esse não deve ser um problema para a campanha de Bolsonaro este ano. No entanto, prometer à base eleitoral um aumento e voltar atrás pode ser um tiro no pé, especialmente porque o mandatário está em uma posição ruim nas pesquisas e tem cada vez menos apoio.

"O eleitor vai entender que não é um momento para o servidor público. Isso dá até mais coro para a reforma administrativa. Mas o lobby dos servidores é forte e dentro do próprio governo há resistência quando o assunto é mexer com os servidores. O problema é o Bolsonaro sinalizar aumento apenas para os policiais e não expandir para as outras categorias. A derrapada do Bolsonaro é essa, dizer que não vai ter aumento para ninguém", avaliou.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/17/01/2022/p1>

Ano eleitoral: como ficam as prioridades?



Consideradas pautas polêmicas, as reformas podem ficar comprometidas este ano por conta do foco nas eleições



Guilherme Peixoto

O Congresso Nacional vai iniciar as atividades legislativas deste ano tendo as reformas tributária e administrativa na lista de prioridades. Apesar do otimismo do presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), em entregar as mudanças ainda em 2022, há quem avalie que a proximidade da eleição pode atrapalhar os planos. Na bancada mineira em Brasília, a discussão em torno das reformas é um dos pontos de atenção, mas os parlamentares se articulam para preencher outras lacunas.

A renegociação da dívida bilionária de Minas Gerais junto à União é prioridade para Diego Andrade (PSD), coordenador da coalizão que reúne os deputados federais mineiros. Ele prega unidade entre os agentes políticos do estado como forma de aliviar o débito, agravado pela possibilidade de derrubada da liminar que suspendeu o pagamento do passivo. A criação de

um fundo permanente contra desastres naturais, reivindicação de petistas de Minas Gerais e da Bahia, também pode ganhar corpo. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), já sinalizou positivamente à ideia.

A dívida contraída por Minas Gerais junto à esfera federal gira em torno de R\$ 140 bilhões. Para aliviar o peso das cifras, o governador Romeu Zema (Novo) tenta, na Assembleia Legislativa, autorizar o ingresso do estado ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF). Parte dos deputados estaduais, no entanto, tem demonstrado resistência ao pacote de ajuste, temendo prejuízos ao funcionalismo e às políticas públicas.

Em outubro, o ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), deu seis meses para Minas aderir ao RRF, sob pena de anular a medida cautelar que garante a suspensão dos pagamentos. Nas contas do Palácio Tiradentes, se isso ocorrer, será preciso desembolsar R\$ 30 bilhões de uma só vez.

EFEITO CASCATA Receoso com os impactos da possível queda da liminar, Diego Andrade defende a atuação dos mineiros com mandato em Brasília para mitigar a situação já neste ano. "Esse é o principal problema do estado, porque impacta em todos os outros. Para (melhorias em) uma rodovia, precisa ter dinheiro. Essa dívida, na minha avaliação, já foi paga há muitos anos. O juro é muito alto e ela vai crescendo. É igual a um cartão de crédito que você paga dez vezes o que comprou, mas a dívida só cresce", diz, em entrevista ao Estado de Minas.

Uma das ideias de Andrade é utilizar a brecha dada pela Emenda Constitucional dos Precatórios, que viabilizou o pagamento do Auxílio Brasil neste ano. O texto, além de atrelar a correção dos precatórios à Selic, taxa básica de juros, permite que negociações envolvendo a Fazenda Pública sejam regidas, justamente, pela Selic. "Abre-se um caminho para a gente tentar e, aí, tem que estar todo mundo de mãos dadas: governador, prefeitos, senadores e deputados - conseguir aproveitar o que está na Constituição para conseguir uma renegociação com juro baixo", explica.

O coordenador da bancada mineira tem, à mesa, outra sugestão para amenizar os custos do passivo aos cofres públicos. Para isso, recorre ao acordo de reparação pela tragédia de Mariana, em 2015. Como o desastre também afetou o Espírito Santo, as discussões sobre o tema, ao contrário do caso de Brumadinho, têm ido ao âmbito nacional. "Uma boa

alternativa era que parte desse recurso fosse utilizado para abater a dívida do estado", propõe Andrade, que promete levar a sugestão a Zema, ao Judiciário e a colegas de Congresso.

FUNDO PERMANENTE Em outra frente, após as chuvas que assolaram cidades baianas e parte de Minas Gerais, cresce a movimentação pela reserva de verbas para reparação e prevenção dos efeitos dos temporais. No mês passado, por exemplo, o governo Zema decretou situação de emergência em mais de 120 cidades, sobretudo no Norte. "Um fundo permanente permite a prefeitos e gestores locais que façam remoções em áreas de risco e a salvar vidas. Não estamos prevenindo, mas remediando, às custas da vida das pessoas mais simples e de perdas de patrimônio", salienta Reginaldo Lopes (PT-MG), que assumiu a liderança da bancada do partido na Câmara Federal.

No fim de dezembro, Reginaldo esteve na residência oficial de Arthur Lira para debater o tema. "Muitas coisas podem ser evitadas se tivermos um programa permanente de reconstrução e de prevenção. Para isso, essa medida legislativa deve ser estudada", projetou o alagoano, endossando a reivindicação de mineiros e baianos. A lista de prioridades de Lira, aliás, vai ser estudada pelo mineiro Marcelo Aro, também filiado ao PP, e líder de Zema no Congresso. A ideia é analisar as pautas que a presidência pretende pautar após o recesso e dimensionar os impactos ao estado.

Desafios para melhorar ambiente de negócios

Também próximo politicamente ao governador mineiro, Tiago Mitraud (Novo-MG), que vai assumir a liderança da bancada da legenda, crê que o estado não precisa de matérias legislativas alheias à agenda nacional. Para ele, as reformas administrativa e tributária são necessárias para aprimorar a produtividade dos setores público e privado e melhorar o ambiente de negócios no país. "Ainda enfrentamos uma crise econômica grave. Há um orçamento público deficitário há sete anos, a produtividade do país está caindo cada vez mais, o desemprego aumentando e a **inflação alta**", lista.

Apesar de defender as pautas estruturantes, Mitraud projeta um semestre sem grandes novidades por causa da eleição que se avizinha. "Em parte, a gente tem uma parcela do Congresso que não se interessa por reformas; em parte, uma parcela que tem receio de se dedicar a temas que podem trazer embates na sociedade em ano eleitoral. E, em parte, um pessoal que só está focado na reeleição. Aí, o fato de a reforma ser boa ou ruim para o Brasil fica em segundo plano."

A visão dele contrasta com o otimismo de Rodrigo Pacheco. "A partir do momento em que toda a sociedade estiver imunizada, e Deus queira que não tenhamos outras ondas tão graves, podemos cuidar da pauta estruturante mesmo se tratando de ano eleitoral. Aí, vem o grande desafio de separar a discussão eleitoral, que vai acontecer lá para agosto e setembro, com o que temos que fazer, de fato, para o Brasil", disse o senador, no fim de 2021, ao EM. "As reformas tributária e administrativa são os grandes desafios que temos para o Brasil de 2022 em diante."

Integrante do núcleo mineiro próximo ao presidente Jair Bolsonaro (PL), a deputada Alê Silva (PSL) não acredita em profundas mudanças tributárias e administrativas neste ano. "Pode até ser que algo neste sentido seja aprovado, porém nada muito significativo, tendo em vista que é ano eleitoral. Muitos deputados, por medo de perderem votos, preferem não debater causas polêmicas".

No Senado, a **reforma tributária** deve ser a primeira matéria em pauta no retorno das atividades da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). As mudanças administrativas, por seu turno, passaram por uma Comissão Especial da Câmara em setembro, mas estão emperradas desde então.

Ao falar das prioridades para o ano, Reginaldo Lopes é outro a mencionar a questão tributária. Ele, no entanto, discorda do teor da reforma desejada pela equipe de Paulo Guedes, ministro da Economia. "É um sistema tributário que tributa consumo e folha de pagamento. Não é um sistema que tributa renda e patrimônio. Sem alterar isso, há dificuldade de retomada consistente de empregos. Nosso sistema virou uma máquina de produzir milhões de "superpobres" e algumas centenas de milionários. E virou um empecilho para o sistema econômico, porque incentiva a exportação, e não a industrialização", opina.

OLHO NO METRÔ E NA BR-381 A lista de tarefas dos congressistas mineiros tem, por fim, o monitoramento de pautas que avançaram no ano passado. A tão sonhada duplicação do metrô belo-horizontino, por exemplo, ganhou fôlego com a privatização, sancionada por Bolsonaro e acompanhada por aporte de R\$ 2,8 bilhões para melhorias na estrutura do trem urbano. O governo estadual vai disponibilizar R\$ 400 milhões.

"Em maio, o leilão deve acontecer. Junto dele, um plano de investimentos, que poderia ser melhor, inclusive, mas foi o possível a ser feito. A linha 2, do Barreiro (ao Calafate), a expectativa é que esteja operando em 2028", projeta Carlos Viana (MDB), vice-

líder do Palácio do Planalto no Senado. A duplicação da BR-381 também deve começar a sair do papel. A entrega dos trechos à iniciativa privada está prevista para ocorrer em fevereiro, conforme estimativa de Viana, que acredita em pistas duplas até Governador Valadares em cerca de oito anos. "O motorista que trafega pela BR-381, já no segundo semestre vai começar a observar, pelo menos, sinalização e limpeza melhores na via", assinala.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/17/01/2022/p1>

Reformas tributária e administrativa, fundamentais para destravar o país, podem não sair do papel. Deputados mineiros se unem para renegociar a dívida do estado junto à União

ANO ELEITORAL: COMO FICAM AS PRIORIDADES?

GUILLERMO PENICOT

O Congresso Nacional vai iniciar as atividades legislativas deste ano tendo as reformas tributária e administrativa na lista de prioridades. Apesar do otimismo do presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), em entregar as mudanças ainda em 2022, há quem avaleie que a proximidade da eleição pode atrapalhar os planos. Na bancada mineira em Brasília, a discussão em torno das reformas é um dos pontos de atenção, mas os parlamentares se articulam para preencher outras lacunas.

A renegociação da dívida bilionária de Minas Gerais junto à União é prioridade para Diego Andrade (PSD), coordenador da coalizão que reúne os deputados federais mineiros. Ele prega unidade entre os agentes políticos do estado como forma de aliviar o débito, agravado pela possibilidade de derrubada da liminar que suspendeu o pagamento do passivo. A criação de um fundo permanente contra desastres naturais, reivindicação de petistas de Minas Gerais e da Bahia, também pode ganhar corpo. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), já sinalizou positivamente à ideia.

A dívida contraída por Minas Gerais junto à esfera federal gira em torno de R\$ 140 bilhões. Para aliviar o peso das cifras, o governador Romeu Zema (Novo) tenta, na Assembleia Legislativa, autorizar o ingresso do estado ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF). Parte dos deputados estaduais, no entanto, tem demonstrado resistência ao pacote de ajuste, temendo prejuízos ao funcionalismo e às políticas públicas.

Em outubro, o ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), deu seis meses para Minas aderir ao RRF, sob pena de anular a medida cautelar que garante a suspensão dos pagamentos. Nas contas do Palácio Tiradentes, se isso ocorrer, será preciso desembolsar R\$ 30 bilhões de uma só vez.

EFEITO CASCATA Recurso com os impactos da possível queda da liminar, Diego Andrade defende a atuação dos mineiros com mandato em Brasília para mitigar a situação já neste ano. "Esse é o principal problema do estado, porque impacta em todos os outros. Para (melhorias em) uma rodovia, precisa ter dinheiro. Essa dívida, na minha avaliação, já foi paga há muitos anos. O juro é muito alto e ela vai crescendo. É igual a um cartão de crédito que você paga dez vezes o que comprou, mas a dívida só cresce", diz, em entrevista ao Estado de Minas.

Uma das ideias de Andrade é utilizar a brecha dada pela Emenda Constitucional dos Precatórios, que viabilizou o pagamento do Auxílio Brasil neste ano. O texto, além de atrelar a correção dos precatórios à Selic, taxa básica de juros, permite que negociações envolvendo a Fazenda Pública sejam reguladas, justamente, pela Selic. "Abre-se um caminho para a gente tentar — e aí, tem que estar todo mundo de mãos dadas: governador, prefeitos, senadores e deputados — conseguir aproveitar o que está na Constituição para conseguir uma renegociação com juro baixo", explica.

O coordenador da bancada mineira tem, à mesa, outra sugestão para amenizar os custos do passivo aos cofres públicos. Para isso, recorre ao acordo de reparação pela tragédia de Mariana, em 2015. Como o desastre também afetou o Espírito Santo, as discussões sobre o tema, ao contrário do caso de Brumadinho, têm ido ao âmbito nacional. "Uma boa alternativa era que parte desse recurso fosse utilizado para abater a dívida do estado", propõe Andrade, que promete levar a sugestão à Zema, ao Judiciário e a colegas de Congresso.

FUNDO PERMANENTE Em outra frente, após as chuvas que assolaram cidades baianas e parte de Minas Gerais, cresce a movimentação pela reserva de verbas para reparação e prevenção dos efeitos dos temporais. No mês passado, por exemplo, o governo Zema decretou situação de emergência em mais de 120 cidades, sobretudo no Norte. "Um fundo permanente permite a prefeitos e gestores locais que façam remoções em áreas de risco e a salvar vidas. Não estamos prevenindo, mas remediando, as custas da vida das pessoas mais simples e de perdas de patrimônio", salienta Reginaldo Lopes (PT-MG), que assumiu a liderança da bancada do partido na Câmara Federal.

No fim de dezembro, Reginaldo esteve na residência oficial de Arthur Lira para debater o tema. "Muitas coisas podem ser evitadas se tivermos um programa permanente de reconstrução e de prevenção. Para isso, essa medida legislativa deve ser estudada", projetou o alagoano, enciosando a reivindicação de mineiros e baianos. A lista de prioridades de Lira, aliás, vai ser estudada pelo mineiro Marcelo Aro, também filiado ao PP, e líder de Zema no Congresso. A ideia é analisar as pautas que a presidência pretende pautar após o recesso e dimensionar os impactos ao estado.

REDA INIBERIO/CÂMARA DOS DEPUTADOS



Consideradas pautas polêmicas, as reformas podem ficar comprometidas este ano por conta do foco nas eleições

“Para (melhorias em) uma rodovia, precisa ter dinheiro. Essa dívida, na minha avaliação, já foi paga há muitos anos. O juro é muito alto e ela vai crescendo”

■ Diego Andrade (PSD), coordenador da coalizão que reúne os deputados federais mineiros

QUADRYSTON RODRIGUES/REDA PRESS - 17/01/22



“A partir do momento em que toda a sociedade estiver imunizada, e Deus queira que não tenhamos outras ondas tão graves, podemos cuidar da pauta estruturante mesmo se tratando de ano eleitoral”

■ Rodrigo Pacheco, presidente do Senado

Desafios para melhorar ambiente de negócios

Também próximo politicamente ao governador mineiro, Tiago Mitraud (Novo-MG), que vai assumir a liderança da bancada da legenda, crê que o estado não precisa de matérias legislativas alheias à agenda nacional. Para ele, as reformas administrativa e tributária são necessárias para aprimorar a produtividade dos setores público e privado e melhorar o ambiente de negócios no país. "Ainda enfrentamos uma crise econômica grave. Há um orçamento público deficitário há sete anos, a produtividade do país está caindo cada vez mais, o desemprego aumentando e a inflação alta", lista.

Apesar de defender as pautas estruturantes, Mitraud projeta um semestre sem grandes novidades por causa da eleição que se avizinha. "Em parte, a gente tem uma parcela do Congresso que não se interessa por reformas, em parte, uma parcela que tem receio de se dedicar a temas que podem trazer embates na sociedade em ano eleitoral. E, em parte, um pessoal que só está focado na reeleição. Aí, o fato de a reforma ser boa ou ruim para o Brasil fica em segundo plano."

A visão dele contrasta com o otimismo de Rodrigo Pacheco. "A partir do momento em que toda a sociedade estiver imunizada, e Deus queira que não tenhamos outras ondas tão graves, podemos cuidar da pauta estruturante mesmo se tratando de ano eleitoral. Aí, vem o grande desafio de separar a discussão eleitoral, que vai acontecer lá para

agosto e setembro, com o que temos que fazer, de fato, para o Brasil", disse o senador, no fim de 2021, ao EM. As reformas tributária e administrativa são os grandes desafios que temos para o Brasil de 2022 em diante."

Integrante do núcleo mineiro próximo ao presidente Jair Bolsonaro (PL), a deputada Alê Silva (PSL) não acredita em profundas mudanças tributárias e administrativas neste ano. "Focamos até ser que algo neste sentido seja aprovado, porém nada muito significativo, tendo em vista que é ano eleitoral. Muitos deputados, por medo de perderem votos, preferem não debater causas polêmicas."

No Senado, a reforma tributária deve ser a primeira matéria em pauta no retorno das atividades da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). As mudanças administrativas, por seu turno, passaram por uma Comissão Especial da Câmara em setembro, mas estão emperradas desde então. Ao falar das prioridades para o ano, Reginaldo Lopes é outro a mencionar a questão tributária. Ele, no entanto, discorda do teor da reforma desejada pela equipe de Paulo Guedes, ministro da Economia. "É um sistema tributário que tributa consumo e folha de pagamento. Não é um sistema que tributa renda e patrimônio. Sem alterar isso, há dificuldade de retomada consistente de empregos. Nosso sistema virou uma máquina de produzir

milhões de 'superpobres' e algumas centenas de milionários. E virou um empecilho para o sistema econômico, porque incentiva a exportação, e não a industrialização", opina.

OLHO NO METRO E NA BR-381 A lista de tarefas dos congressistas mineiros tem, por fim, o monitoramento de pautas que avançaram no ano passado. A tão sonhada duplicação do metrô belo-horizontino, por exemplo, ganhou fôlego com a privatização sancionada por Bolsonaro e acompanhada por aporte de R\$ 2,8 bilhões para melhorias na estrutura do trem urbano. O governo estadual vai disponibilizar R\$ 400 milhões.

"Em maio, o leilão deve acontecer. Junto dele, um plano de investimentos, que poderia ser melhor, inclusive, mas foi o possível a ser feito. A linha 2, do Barreiro (ao Calafete), a expectativa é que esteja operando em 2028", projeta Carlos Viana (MDB), vice-líder do Palácio do Planalto no Senado. A duplicação da BR-381 também deve começar a sair do papel. A entrega dos trechos à iniciativa privada está prevista para ocorrer em fevereiro, conforme estimativa de Viana, que acredita em pistas duplas até Governador Valadares em cerca de oito anos. "O motorista que trafega pela BR-381, já no segundo semestre vai começar a observar, pelo menos, sinalização e limpeza melhores na via", assinala. (GP)

Lira cobra do Senado solução para baixar gasolina e diz que governadores miram eleição

Renato Machado

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), usou as redes sociais neste domingo (16) para culpar o Senado e os governadores pelos preços dos combustíveis. Também disse que os chefes dos Executivos estaduais cobram agora soluções visando às eleições de outubro.

Lira escreveu que a Câmara dos Deputados chegou a aprovar uma proposta que alterava regras para a mudança da cobrança do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) para segurar a alta nos preços, mas que acabou engavetada na Casa legislativa vizinha.

A manifestação acontece após os estados anunciarem que vão descongelar o valor do ICMS cobrado nas vendas de combustíveis, marcado para o final deste mês. Dessa forma, o descongelamento do imposto deve acontecer como previsto inicialmente, em 31 de janeiro.

A previsão é que o preço da gasolina suba nos próximos dias.

A escalada de preços virou um dos principais problemas para o presidente Jair Bolsonaro (PL), que reiteradamente afirma que **tributos** locais contribuem para a alta.

O preço dos combustíveis, no entanto, segue a paridade internacional. Além disso, o dólar alto impacta os valores.

"A Câmara tratou do projeto de lei que mitigava os efeitos dos aumentos. Enviado ao Senado, virou patinho feio e Geni da turma do mercado", escreveu Lira.

Em outubro, a Câmara aprovou projeto que muda a regra sobre o ICMS de combustíveis e prevê que o tributo seja aplicado sobre o valor médio dos últimos dois anos para baratear a gasolina. A proposta, no entanto, travou no Senado, onde os representantes são mais ligados aos estados.

"Diziam que era intervencionista e eleitoreira. Agora, no início de um ano eleitoral, governadores, com Wellington Dias [PI-PT] à frente, cobram soluções do Congresso. Com os cofres dos estados abarrotados de tanta arrecadação e mirando em outubro, decidiram que é hora de reduzir o preço", disse.

O deputado ainda acrescentou que os governadores haviam apresentado resistência a reduzir as alíquotas do ICMS. E concluiu jogando a responsabilidade final ao Senado.

"Podiam ter pressionado ainda ano passado. Por isso, lembro aqui a resistência dos governadores em reduzir o ICMS na ocasião. Registro também que fizemos nossa parte. Cobranças, dirijam-se ao Senado", escreveu Lira.

Mais tarde, ao Painel, Dias disse que a proposta defendida por Lira não resolve o problema do aumento nos preços dos combustíveis no país.

O governador do Piauí divulgou ainda uma nota para se contrapor a Lira. Ele afirmou que "a proposta [do deputado], sem nenhum diálogo ou base técnica, apresentada não resolve, e ainda causa desequilíbrio a estados e municípios".

"Basta examinar o tamanho do lucro da Petrobras para saber quem está ganhando nesta falta de entendimento", afirmou o governador.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), não havia se pronunciado até a publicação desta reportagem.

No sábado (15), Dias divulgou vídeo no qual diz que os estados decidiram descongelar o ICMS porque não houve avanços sobre a **reforma tributária**, que era negociada por governadores e Congresso, ao mesmo tempo que a Petrobras reajustava os preços. "Primeiro [tomamos a decisão] pelo descaso, pelo descaso porque se dizia ali atrás a todo instante que o problema dos preços dos combustíveis era o ICMS aplicado pelos estados. Provamos que não", disse.

"Segundo lugar: havia ali uma proposta, houve uma

reunião com o ministro Paulo Guedes, com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, com o senador Roberto Rocha [relator da proposta de **reforma tributária**] e ali o objetivo dessa trégua era chegar a um entendimento para a aprovação da **reforma tributária**. Isso não aconteceu", disse Dias, que é presidente do Fórum dos Governadores.

A PEC (proposta de emenda à Constituição) 110 é uma das prioridades do presidente do Senado na volta do recesso, em fevereiro, devendo ser colocada em votação logo na primeira semana dos trabalhos, na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça).

Está também em tramitação no Senado um projeto de lei que prevê bandas de variação dos preços dos combustíveis e a criação de um fundo para ser usado quando os valores saírem dessas faixas.

Um ponto que une Pacheco, Lira e Bolsonaro é a possibilidade do uso de dividendos da Petrobras para o controle dos preços.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49793&anchor=6448646&pd=93c5a823fc32fb9de67f88f5c6a9f2dc>

Bolsonaro busca líder no Senado empenhado em alavancar sua reeleição

Luciana Amaral

O presidente Jair Bolsonaro (PL) terá de fazer uma escolha crucial na definição do novo líder do governo no Senado para que as pautas de interesse do Planalto possam ter algum sucesso na Casa antes das eleições de outubro. E, desta forma, tentar alavancar sua candidatura à reeleição.

A função está sem um titular desde que o senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) deixou a liderança após perder uma vaga de ministro do TCU (Tribunal de Contas da União) para o colega Antonio Anastasia (PSD-MG), em dezembro.

Um líder do governo no Senado tem como principal atribuição ajudar na articulação com senadores para que projetos e propostas em tramitação na Casa sejam aprovados conforme a preferência do Planalto. Ou então que, pelo menos, se chegue a um meio-termo, por exemplo.

Outra responsabilidade é monitorar o humor dos senadores ante o governo e tentar minimizar críticas feitas pela oposição. Por isso, o perfil costuma ser de políticos mais experientes e com bom trânsito entre os colegas.

Vários senadores têm o nome cotado para assumir a liderança do governo no Senado. Por exemplo, Marcos Rogério (DEM-RO), Carlos Viana (PSD-MG), Jorginho Mello (PL-SC), Wellington Fagundes (PL-MT), Luis Carlos Heinze (PP-RS), Elmano Férrer (PP-PI) e Carlos Portinho (PL-RJ).

Alguns ganharam projeção ao integrar a tropa de choque de Bolsonaro na CPI da Covid, como Marcos Rogério, Jorginho Mello e Luis Carlos Heinze. A pretensão de se candidatarem aos respectivos governos estaduais, porém, pode atrapalhar.

Contra Carlos Portinho há o fato de ser autor de projeto que cria o Passaporte Nacional de Imunização e Segurança Sanitária, iniciativa repudiada por Bolsonaro.

Por enquanto, nenhuma decisão foi tornada pública. A expectativa é que Bolsonaro se debruce mais sobre o assunto no final de janeiro e no início de fevereiro.

O Planalto ainda não comunicou quais são seus projetos prioritários para este ano - o assunto deve ser discutido mais a fundo com os parlamentares na volta do recesso, em fevereiro. Mas, em princípio, os senadores deverão voltar a discutir propostas sobre **reforma tributária**, regularização fundiária e licenciamento ambiental.

Contudo, além de esses temas estarem permeados pela falta de consenso, nenhum político está disposto a votar textos que possam desagradar eleitores e setores relevantes da economia num ano eleitoral.

Regras sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo para caçadores, atiradores e colecionadores (CACs) também devem ser analisadas. Tanto a regularização fundiária quanto o licenciamento ambiental e o acesso a armas de fogo são temas de importância para a parcela da população que o presidente Bolsonaro quer manter como eleitor fiel.

A aprovação de mudanças sobre esses assuntos da maneira como preferir o Planalto ao longo do ano, portanto, pode impactar na avaliação de como Bolsonaro é visto por parte da população nas eleições.

Na última segunda-feira (10), o próprio Bolsonaro disse, em entrevista à Jovem Pan, acreditar que algumas reformas que tramitam no Congresso Nacional não devem avançar neste ano devido às eleições.

Ele afirmou que em ano eleitoral pouquíssima coisa anda, e que espera que projetos aprovados em pelo menos uma das Casas do Congresso avancem ao longo do ano. A reforma administrativa, parada na Câmara dos Deputados, já é vista como inviável por deputados federais em relatos à reportagem.

No Senado, a **reforma tributária** pode ter alguma chance. Isso porque o presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), é apontado como pré-candidato à Presidência da República e gostaria de ter alguma grande pauta nacional aprovada para mostrar seu poder de articulação e alavancar sua visibilidade.

Nada garante, porém, que a Câmara seguirá as decisões do Senado se eventualmente analisar os mesmos temas.

A avaliação de aliados é que, se reeleito à Presidência, Bolsonaro tentará fazer com que o Senado eleja um presidente da Casa mais alinhado ao Planalto em 2023. Nisto, a articulação do eventual líder do governo -que pode não ser o mesmo a ser escolhido neste ano- é vista como fundamental para a ampliação de uma base aliada.

Embora Rodrigo Pacheco e seu antecessor, Davi Alcolumbre (DEM-AP), tenham chegado à presidência do Senado com a ajuda do governo, as alianças foram de mera conveniência política e não se sustentaram ao longo dos anos, como pretendia Bolsonaro.

Com um presidente do Senado mais bolsonarista, o Planalto também pode voltar a insistir em pedidos de impeachment de ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) com mais esperança de que tenham andamento.

No ano passado, a transformação do senador Ciro Nogueira (PP-PI) em ministro-chefe da Casa Civil não foi o suficiente para destravar pautas de interesse do Planalto no Senado e melhorar a relação de Bolsonaro com senadores.

Foi justamente no Senado onde Bolsonaro sofreu um dos maiores desgastes em 2021: a CPI da Covid, que apurou ações e supostas omissões do governo federal perante a pandemia do novo coronavírus .

O relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito recomenda 80 indiciamentos, sendo 78 pessoas e duas empresas, inclusive o presidente da República.

Rodrigo Pacheco foi uma espécie de pedra no sapato de Bolsonaro no ano passado ao arquivar por falta de justa causa o pedido de impeachment do ministro do STF Alexandre de Moraes, cuja autoria foi de Bolsonaro. O presidente da Casa também barrou uma Medida Provisória editada pelo chefe do Executivo federal que limitava a retirada de conteúdos publicados nas redes sociais ao alterar o Marco Civil da Internet .

Além disso, o plenário do Senado impôs uma dura derrota ao governo ao derrubar a Medida Provisória da minirreforma trabalhista, encampada pelos ministros Paulo Guedes (Economia) e Onyx Lorenzoni (Trabalho e Previdência), com apoio do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

O texto passou na Câmara em versão mais favorável às vontades do governo do que o apresentado originalmente. No entanto, a maioria dos senadores votou contra, sob a alegação de que as mudanças tirariam direitos dos trabalhadores e de que não havia como garantir que eventuais desidratações fossem

mantidas quando o texto voltasse a ser analisado pelos deputados federais.

Lira acusou o Senado, capitaneado por Pacheco, de não cumprir acordos. Entretanto, nem mesmo senadores governistas apoiaram a proposta.

Os senadores também demoraram mais do que o usual para sabatar e aprovar o mais recente indicado de Bolsonaro a ministro do STF, André Mendonça.

Site: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/01/17/bolsonaro-tera-escolha-crucial-no-senado-para-tocar-projetos-pre-eleicoes.htm>

Instituições têm papel central para dissipar crise de confiança no Brasil (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Aumento da desigualdade

JOÃO SORIMA NETO

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Equilíbrio ajuda a atrair investimento

Um país que consegue equilibrar as contas públicas é considerado um bom lugar para os investidores estrangeiros. Não à toa, desde que começou a registrar déficit primário nas contas públicas, em 2014, o Brasil perdeu o grau de investimento? selo de bom pagador e os títulos públicos hoje são classificados como "lixo" no mercado externo desde 2015.

De acordo com a economista Silvia Matos, coordenadora do Boletim Macro do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre), a mudança das regras fiscais às vésperas de um ano eleitoral foi muito ruim para a imagem do país e do governo para os investidores. Ela reforça que isso vai prejudicar a confiança do setor produtivo, limitando o investimento privado neste ano, diante da mudança de mais uma regra quando ela se torna impeditiva para os objetivos políticos. "Toda vez que o sapato aperta, o governo troca o sapato. A questão fiscal é importante. E o ambiente macroeconômico não está favorável para gerar condições para um crescimento mais robusto e isso afeta o investimento, porque há muita instabilidade e não há previsibilidade, especialmente, em ano eleitoral", destaca.

O diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI), Felipe Salto, também faz um alerta para o desequilíbrio fiscal que está em curso. "O quadro fiscal é desafiador. Com as mudanças profundas nas regras do jogo, a partir das emendas 113 e 114, derivadas da PEC dos Precatórios, o próximo governo terá de harmonizar as diferentes legislações e normas na área de contas públicas e fixar objetivos claros", afirma.

Conforme dados levantados pelo economista Gil Castello Branco, secretário-geral da Associação Contas Abertas, as emendas parlamentares tiveram um crescimento espantoso nos últimos anos, passando de R\$ 7,3 bilhões, em 2016, das quais R\$ 3,6 bilhões foram efetivamente pagos, para R\$ 31,7 bilhões, em 2021, dos quais R\$ 24,9 bilhões foram efetivamente pagos. As emendas do relator passaram a existir no Orçamento de 2020, passando de R\$ 19,7 bilhões, naquele ano, para R\$ 15,2 bilhões, em 2021. Para este ano, a previsão é de R\$ 16,5 bilhões, que somados aos R\$ 21,3 bilhões previstos na peça orçamentária aprovada pelo Congresso, apenas as emendas parlamentares totalizem R\$ 37,8 bilhões.

Problema estrutural

O economista José Luis Oreiro, professor da Universidade de Brasília (UnB), não poupa críticas às

emendas do relator roubando espaço dos investimentos e destaca que existe um problema estrutural grave que limita o crescimento do país. E esse problema, segundo ele, já existia mesmo antes da pandemia da covid-19, o país não tinha se recuperado da recessão de 2015 e 2016 e vinha crescendo por volta de 1% e deve voltar a esse ritmo.

"Há restrições externas para o crescimento. O déficit em conta-corrente estava em 3% do **PIB** mesmo com o país crescendo pouco. O aumento com a alta dos preços de commodities, que ajudaram nas exportações em 2021, o saldo negativo foi reduzido, mas o superavit não veio na conta corrente do setor externo. E, agora, se o país crescer 2%, o déficit vai para 4% ou mais, que é padrão para uma crise no balanço de pagamentos", alerta Oreiro. (RH)

País precisa de nova âncora fiscal



ROSANA HESSEL

Especialistas reconhecem que o quadro fiscal piorou significativamente após a aprovação da PEC dos Precatórios no ano passado, e, com isso, avisam que o debate eleitoral deverá incluir uma discussão sobre uma nova âncora fiscal diante do abandono das atuais. O problema é achar uma regra ideal para, depois, não ser cumprida, como ocorreu com o teto de gastos, pois, quando ele iria mostrar alguma eficiência, foi modificado.

Diante da escalada da **inflação**, que ajudou a melhorar o quadro da dívida pública em relação ao Produto Interno Bruto (**PIB**), analistas afirmam que o discurso do ministro da Economia, Paulo Guedes, de que o compromisso fiscal está mantido, convence muito pouco. O calote parcial das dívidas judiciais, para criar espaço fiscal para as polêmicas emendas parlamentares de destino duvidoso, o chamado orçamento secreto, não é bem visto pelos analistas mais sérios e que têm preocupação com o respeito à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Eles alertam para a trajetória da dívida pública em ascensão devido às medidas desesperadas do presidente Jair Bolsonaro (PL) para conseguir pavimentar o caminho da reeleição, agradando o Centrão, que sequestrou o Orçamento e agora, um dos caciques, o ministro-chefe da Casa Civil, Ciro Nogueira, que passou a ter mais poder do que Paulo Guedes na gestão dos recursos.

O teto de gastos era considerado uma âncora fiscal ruim para muitos analistas, mas, mesmo os críticos lamentam o fato do atual governo antecipar a

mudança do indexador, que estava prevista apenas para 2026, para ampliar os espaços de gastos em ano eleitoral. "Acabou a âncora fiscal e, sem dúvida, a PEC dos Precatórios foi a maior barbearagem que o governo fez. Em ano eleitoral, vamos ver um governo gastador naquilo que dá voto. O Auxílio Brasil é meritório, independente se dá voto ou não. O que não é positivo é o fato de o governo não cortar nem mesmo os gastos supérfluos", destaca o economista Simão Davi Silber, professor da Universidade de São Paulo (USP).

Desde 2014, quando passou a registrar deficit primário, o Brasil deixou de lado a principal âncora fiscal em vigor, a meta de superavit primário (economia para o pagamento dos juros da dívida pública). Os rombos consecutivos colocaram contra a parede outra âncora de quem poucos se lembravam que existia na Constituição: a emenda da regra de ouro, que proíbe o governo emitir títulos da dívida pública para cobrir despesas correntes, como salários e aposentadorias. O teto de gastos, aprovado em 2016, segundo alguns analistas "sem paredes", acabou ajudando a preservar a confiança do mercado de que havia algum compromisso para evitar a explosão dos gastos públicos e, até mesmo, na redução dos juros básicos para o piso histórico de 2% ao ano em 2020.

A pandemia não ajudou em 2020 e fez os gastos públicos explodirem em todo o mundo, mas, agora, quem assumir o governo em 2023 terá que arrumar o estrago deixado por Bolsonaro provocado pela PEC dos Precatórios e pela farra das emendas de relator. E a herança maldita nas contas públicas, lembram analistas, deverá ser pior do que a deixada pelo governo Dilma Rousseff (PT), diga-se de passagem, pois a dívida pública bruta estava em 65,5% do **PIB**, em 2015. Em 2020, chegou a 88,8% do **PIB**, e as estimativas são de disparada da dívida pública se não houver âncoras fiscais capazes de segurar o endividamento em bola de neve que pode ocorrer com as pedaladas de precatórios e do aumento de gastos com viés populista e sem a preocupação de impacto na atividade.

O especialista em contas públicas e consultor do Senado Federal Leonardo Ribeiro, reconhece que o teto de gastos "perdeu efetividade". "Eu não diria que a regra acabou, mas discutir uma nova regra fiscal em um momento de eleição não é bom porque é impopular e acaba influenciando essa discussão", analisa. Na avaliação de Ribeiro, além das incertezas no campo institucional, há os riscos do cenário

externo.

Exemplo alemão

Um modelo de âncora fiscal que o Brasil poderia adotar é o da Alemanha, estabelecido depois da crise de 2008, de acordo com Oreiro, da UnB. "Estamos falando de uma regra que dá atenção para os ciclos econômicos e para como o **PIB** performa em relação ao **PIB** potencial", explica o consultor do Senado Leonardo Ribeiro. "Essa regra está sendo discutida. Aliás, a Europa está rediscutindo as âncoras fiscais e precisamos ficar atentos a essa discussão também", aconselha.

Ribeiro lembra que, em 2015, o projeto de lei que tratava do limite para a dívida pública proposto pelo senador José Serra (PSDB-SP), poderia ser um bom "ponto de partida" nessa discussão, a fim de resgatar a ideia original da Lei de Responsabilidade Fiscal. "O sucesso de uma nova âncora vai depender de como a regra será desenhada, porque é preciso colocar no papel a sinalização que envolva a segurança jurídica e uma compreensão do que é a regra", complementa Ribeiro.

O especialista em contas públicas José Roberto Afonso, professor do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), e um dos autores da LRF, não acha que o Brasil precisaria copiar o modelo de outros países. "O Brasil era tido como um modelo de regras fiscais, reconhecido por especialistas e por organismos internacionais", explica.

Afonso lamenta o fato de que, no Brasil, as leis e as regras não são cumpridas e acredita que, se mudar o modelo, por si só, não há garantia de que ele será respeitado. "Em um país em que autoridades máximas parecem não ver problemas que algumas crianças possam morrer apesar de se saber que elas poderiam ser vacinadas e como tal protegidas, porque esperar que as mesmas autoridades cumpririam regras fiscais?", questiona.

Trava fiscal

A piora do quadro fiscal, com o abandono das âncoras, tende a manter o país com um dos maiores endividamentos do mundo emergente, que deverá limitar o crescimento do país devido aos deficits acumulados e, também, aos juros crescentes, afugentando o investimento produtivo.

Evolução do resultado das contas públicas

Ano	Resultado primário Em % do PIB	Resultado nominal* Em % do PIB
2012	1,8	-4,4
2013	1,4	-4,7
2014	-0,4	-5,7
2015	-1,9	-8,4
2016	-2,5	-6,5
2017	-1,8	-6,1
2018	-1,7	-5,4
2019	-1,2	-5,0
2020	-10,0	-4,2
2021**	-0,8	-5,1
2022**	-1,9	-7,8
2023**	-1,3	-6,9

*inclui os gastos com juros da dívida pública

**Previsão do Credit Suisse

Buraco sem fundo

As emendas parlamentares não param de crescer e estão roubando espaço dos investimentos, que poderiam ajudar o país a se desenvolver em vez de agradar aliados políticos do governo

Tipo de emenda	2016	2020	2021	2022
Bancada estadual	0,00	5,86	7,98	7,17
Comissão da Câmara	0,00	0,29	0,00	2,37
Comissão do Senado	0,00	0,17	0,00	0,45
Comissão Mista	0,00	0,71	0,00	0,36
Deputados federais	6,27	7,97	8,10	9,44
Senadores	1,00	1,25	1,29	1,49
Relator-geral	0,00	19,73	15,25	16,5
Total	7,27	35,41	31,74	37,8

**R\$ 43,5
BILHÕES**

**Previsão de investimentos
do governo no Orçamento
de 2022**

**133,4%
DO PIB**

**previsão da IFI para a
dívida pública bruta
em 2030, no cenário
pessimista**

Fontes: Credit Suisse e
Contas Abertas/Siga Brasil

Perspectivas da economia brasileira neste ano (Artigo)

JOSÉ MATIAS-PEREIRA Economista, advogado, doutor em ciência política pela Universidade Complutense de Madri (UCM-Espanha), e pós-doutor em administração pela Universidade de São Paulo (FEA/USP). É professor-pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília

O fenômeno da pandemia de covid-19 pode ser dimensionado pela velocidade da disseminação global da doença, em suas diversas ondas, e pelos efeitos negativos causados nas áreas da economia, social e sanitária. Pode-se argumentar que a crise provocada pela pandemia, que matou mais de 5,3 milhões de pessoas no mundo no biênio 2020-2021, vai continuar impactando, de forma desigual, nas economias da maioria dos países, nos próximos anos.

A profunda desorganização do sistema econômico mundial provocado pelas drásticas medidas sanitárias para combater a doença, em particular o confinamento social, pode ser percebido, em especial, pela quantidade de empresas fechadas, piora nas contas públicas e desemprego em nível recorde. Observa-se que o nível de impacto ou perspectivas de recuperação variam entre as realidades de cada país e dependem da efetividade das medidas emergenciais adotadas pelo governo. As incertezas e dificuldades de fazer projeções estão presentes no cenário atual, e as explicações sobre o que ocorreu nesse período ainda são frágeis.

É necessário recordar que as medidas de isolamento social (lockdown) recomendadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS, 30.1.20) e adotadas pelas autoridades sanitárias da maioria dos países, inclusive do Brasil, para evitar a contaminação das pessoas pelo novo coronavírus, visando preservar os sistemas de saúde e salvar vidas, travou de forma repentina a economia da quase totalidade dos países ao longo de 2020. Registre-se que o sincronismo dos impactos da pandemia de covid-19 em todo o mundo fez com que poucos países registrassem crescimento econômico naquele ano (FMI, oct. 2021).

Seus maiores impactos ocorreram sobre o mercado de trabalho, aumento da pobreza e falências. O Produto Interno Bruto Brasileiro (**PIB**) do Brasil, conforme revisão feita pelo IBGE (2021), encolheu 3,9% em 2020. Em valores correntes, o **PIB** chegou a R\$ 7,4 trilhões (US\$ 1,445 trilhão). O **PIB** per capita (por

habitante) em 2020 foi de R\$ 35.172, com queda de 4,8%. A estimativa de crescimento do **PIB** brasileiro para 2021 é de 5,1% e para 2022 de 2,1%. A revisão das projeções no final de 2021 está relacionada à piora no cenário internacional, notadamente a crise de energia que afeta alguns países na Europa e a quebra de cadeias produtivas (SPE-ME, dez. 2021).

Os esforços desenvolvidos por grande parcela dos países para controlar a pandemia de covid-19 contribuíram para a retomada mais célere da economia mundial em 2021, refletindo de forma positiva nas projeções de crescimento para os próximos anos. As informações divulgadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS, dez. 2021) e por diversos governos e grandes laboratórios de medicamentos sobre a eficácia das vacinas para imunizar a população mundial das novas variantes da covid-19 também são animadoras.

A análise dos dados econômicos do Brasil (FMI, OCDE, IBGE, SPE, 2021), indica que a retomada da economia no pós-pandemia da covid-19 não será fácil, visto que o país, que vinha buscando se recuperar de um período recessivo, terá que superar, nos próximos anos, os obstáculos e os desafios do desemprego, da **inflação** ascendente, do aumento da pobreza, das **falências**, do baixo nível de investimentos e a da necessidade de um mercado de crédito mais eficiente.

Diante desse contexto, torna-se possível argumentar, considerando que os indicadores analisados devem ser interpretados com cautela, e não como uma medida precisa do crescimento previsto da atividade econômica, que o cenário mais provável é o crescimento da economia brasileira em forma U, ou seja, um crescimento que permitirá a recuperação da maior parcela do choque recessivo com uma taxa menor nos próximos anos.

A superação do baixo crescimento vai depender, entre outros fatores, de mais investimentos na economia, redução da taxa de desemprego e controle da **inflação**, o que exige um cenário de estabilidade política que permita a aprovação das reformas estruturais, em especial, a tributária e a administrativa; confiança no país, e segurança jurídica. Pode-se afirmar, por fim, apoiado na estreita relação que existe entre economia e política, que o desempenho da economia será fator decisivo para a escolha do

presidente da República nas eleições de outubro de 2022.

JOSÉ MATIAS-PEREIRA Economista, advogado, doutor em ciência política pela Universidade Complutense de Madri (UCM-Espanha), e pós-doutor em administração pela Universidade de São Paulo (FEA/USP). É professor-pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília

Alckmin é contradição a tudo o que PT fez, e Lula não precisa de muleta



Ranier Bragon

O deputado federal Rui Falcão, 78, principal nome dentro do PT a falar contra a articulação para que Geraldo Alckmin (sem partido) seja o vice na chapa de Lula, afirma que o ex-tucano representa uma contradição a tudo o que o partido fez e quer fazer.

"Lula não precisa de uma muleta eleitoral", diz o ex-presidente do PT, que ressalta não falar em nome do partido.

Falcão, que coordenou as campanhas de Lula em 1994 e de Dilma Rousseff em 2014, defende um programa emergencial de combate à fome, desemprego e **inflação**, com ampliação do investimento do estado. E diz ver com bons olhos Lula defender a revogação de pontos da reforma trabalhista. "As prioridades não podem ser determinadas pela Faria Lima." * Qual programa o sr. defende que o PT adote? As declarações do Lula e da Gleisi [Hoffmann, presidente do PT] sobre mudar a legislação trabalhista dão um bom tom para o programa porque colocam na ordem do dia a classe trabalhadora. A ideia do Lula de que ia colocar o povo no orçamento muda agora para colocar a classe trabalhadora no centro do programa de governo dele.

E aí vêm algumas prioridades. Primeiro, e emergencial, o combate à fome, miséria, desemprego,

carestia. Depois, o crescimento econômico. É vital ter investimento público, retomar o papel do estado para que possa gerar demanda e oferta. Por exemplo, a indústria caiu 20% em 10 anos. E a indústria gera mais e melhores empregos. O BNDES, que foi reduzido a um terço do seu tamanho, é, seguramente, o banco público que pode estimular o investimento.

Essas prioridades não podem ser determinadas pela Faria Lima.

Então, essa declaração de colocar a reforma trabalhista no centro do programa, que já suscitou melindres da parte do ex-governador Alckmin [ele manifestou preocupação em conversa com o deputado Paulinho da Força], já dá um indício de que essa aliança não é conveniente.

Por que o se é contra Alckmin ser o vice de Lula? Primeiro porque temos um programa de reconstrução e transformação do país, como a Fundação Perseu Abramo [órgão de estudos do partido] vem trabalhando. Segundo, o Alckmin é a contradição a tudo isso que fizemos e pretendemos fazer. Terceiro, dá uma sinalização muito negativa para uma campanha que tem que ser aguerrida, mobilizada e com a construção de comitês de defesa da eleição do Lula que permaneçam depois como comitês de apoio do programa de transformação.

Além do retrospecto das políticas que realizou como governador de São Paulo, do apoio ao impeachment e de suas posições ultraconservadoras, a sua primeira manifestação envolvendo o programa foi se insurgir contra a reforma trabalhista. Da mesma maneira como reagiram os corifeus da Faria Lima e os economistas conservadores.

Há espaço para um governo do PT que não faça alianças ao centro e até com partidos de direita? Isso depende ainda das decisões do diretório ou do encontro nacional, mas, na minha opinião, nós temos que ter uma política de alianças centrada nos partidos do campo democrático e popular, que pode se expandir. Ter um programa que atraia eventualmente outros setores além da esquerda, mas não rebaixá-lo para ser aceito pelo centro e pela Faria Lima.

Em 2002, Lula teve como vice o empresário José Alencar, do PL. Por que não pode ter, hoje, Alckmin?

Ninguém aferiu até hoje se a presença do Zé Alencar e a carta aos brasileiros [destinada a acalmar os mercados] foram as responsáveis pela vitória do Lula. O Fernando Henrique já vinha com oito anos de governo, desgastado, com crise em andamento.

Na época se dizia que o Lula não tinha experiência e não era confiável porque ia quebrar contratos. Hoje o Lula tem uma reputação real de estadista. Todas as pesquisas, inclusive as do Datafolha, consideram que ele foi o melhor presidente. Então, ele não precisa de uma muleta eleitoral, como seria a presença do Alckmin.

Isso não significa repelir alianças e apoio, inclusive de pessoas como ele. Foi importante, por exemplo, que o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso tenha dito que, depois de ter votado nulo ou em branco em 2018, esteja disposto a votar no Lula se o segundo turno for entre Lula e Bolsonaro. Isso não significa que vamos, para ter esse apoio, modular nosso programa.

Como ter governabilidade se a ideia é não modular o programa para atrair apoio fora da esquerda? Temos tido experiências recentes, como no Chile, Honduras, Peru e, potencialmente, na Colômbia, de que a população, diante da crise, que é brutal, quer solução urgente para os seus problemas. E as políticas neoliberais, que vêm sendo praticadas no Brasil, estão sendo superadas no mundo todo. Fala-se: "você quer emprego ou quer direito?". As pessoas querem as duas coisas.

Podemos também caminhar para propostas setoriais. Por exemplo, tem o economista Carlos Gadelha, e a Fiocruz está nisso, apresentando a ideia do complexo econômico industrial da saúde. Em 20 anos a importação de fármacos, insumos e vacinas cresceu de US\$ 4 bilhões para US\$ 16 bilhões, sem que tenha havido nenhum crescimento das exportações brasileiras na área. Tem emprego direto na área de saúde de 8 milhões, mas pode ampliar para 20 milhões.

Tem que dar sustentabilidade à produção da região Amazônica, sem derrubar floresta, sem mineração, sem invasão de terras indígenas. Agregar valor ao açaí, por exemplo, dá mais renda potencial do que produzir soja. Então esse debate de ficar procurando uma saidinha para o teto de gastos, de fazer a reforma administrativa para reduzir a folha de pagamento, isso não é o que move a população.

O Nelson Barbosa [ministro do Planejamento e da Fazenda do governo Dilma] deu entrevista em que defende que o próximo governante reduza a folha de pagamento. É uma ideia dele, mas no Congresso derrotamos pelo menos temporariamente a ideia de

fazer uma reforma que foca só reduzir folha salarial, número de pessoas.

O Lula fez o oposto disso no governo. É impensável o Lula manter salário mínimo congelado. Os servidores estão há quatro anos sem aumento. A tabela do Imposto de Renda foi congelada. Dá para fazer isso pensando em superávit fiscal como parâmetro?

Não estamos falando da do -na de casa que não pode gastar mais do que seu salário. A União não tem esse tipo de problema. A União, por um dado período, e para gerar emprego, distribuir renda, aumentar salários e promover o crescimento, pode conviver com déficit. Como convivem os EUA, a China e outros países.

O sr. já expôs ao Lula suas opiniões sobre a aliança com Alckmin? O Lula disse que quem vai decidir isso é o PT. São legítimas as opiniões que defendem a aliança com o Alckmin, como as contrárias. Na passagem do ano eu disse a ele: "Queria te avisar que assinei um abaixo-assinado [contra Alckmin na chapa], inclusive porque você falou que quem iria decidir seria o PT". Ele disse que tudo bem.

Nesse caso do Alckmin, vocês não são minoria dentro do partido? Eu vi uma manifestação do Luiz Marinho [ex-prefeito de São Bernardo do Campo e presidente do PT-SP] de tempos atrás, dizendo que era contra. A [deputada estadual] Bebel, que é presidente da Apeoesp, o sindicato dos professores, deu declaração dizendo que nessas condições não queria nem ser candidata. Depois sumiu. Pelo que tem saído, provavelmente a gente seja minoria, talvez.

Mas por que as pessoas procuraram minimizar as declarações do Alckmin? Porque sabem que esse tipo de declaração ajuda a mudar de lado. E se a gente priorizar esse debate de programa, dependendo do que ele falar, as resistências podem aumentar.

O sr. já disse que a campanha de 2022 não será um repeteco da de 2002. Por quê? A nossa disposição é fazer uma campanha com debate de ideia. Agora, a disposição da direita é outra. É um clima de confronto.

O Bolsonaro disse: "Só saio daqui morto". As pessoas temem que se repita o episódio do Capitólio [a invasão do Congresso americano por trumpistas]. Não adianta você ir com paz e amore o cara vir com fel, com sal e com tiro.

O sr. acha que algum nome da chamada terceira via tem alguma chance? O Bolsonaro não baixou ainda ao nível que permita alguém tomar o lugar dele. Há uma pulverização. Aquele que foi apontado como mais indicado para a chamada terceira via, o Sérgio Moro,

não consegue decolar.

É aquela história: trocar alguém da direita, como o Bolsonaro, por outro que não tem o mesmo vigor, impacto, é melhor ficar com o original do que com o carbono.

O sr. é a favor que o PT faça federações com outros partidos de esquerda? A federação tem questões práticas difíceis de serem resolvidas. Eu acho mais conveniente fazer um pacto eleitoral com esses partidos, de participação futura no governo.

Como presidente do PT de 2011 a 2017, o sr. faz alguma autocrítica? Na avaliação dos nossos governos, houve uma subestimação das possibilidades de alterar a correlação de forças, de achar que não podia fazer algo por não ter maioria no Congresso. Mas o que se realizou supera em muito as debilidades que tivemos.

E eu discordo dessa ideia de que a presidenta Dilma foi responsável pelo impeachment porque não dialogava. Isso é de uma pobreza intelectual muito grande. Uma injustiça brutal. É como se os torturados fossem responsáveis pela existência dos torturadores. Vamos fazer na campanha, na minha opinião, tanto a defesa do governo Lula como a defesa do governo Dilma.

O que o PT vai falar à sociedade sobre mensalão e petrolão? Tem toda a farsa da Lava Jato que desmoralizou totalmente a ideia de que o PT foi responsável pela criação de monstros nas estatais.

O tema da corrupção aparece em quinto lugar no ranking de preocupação da população, inclusive porque a disposição do Bolsonaro de dizer que ia acabar com a corrupção soçobrou diante das denúncias contra a família, da tentativa de acobertar as rachadinhas, do cheque depositado na conta da dona Michelle, além dos episódios da CPI da Covid. Então, não é um tema que nos preocupe. O PT foi o que mais criou instrumentos de combate à corrupção, inclusive alguns foram utilizados seletivamente contra nós, como ficou claro com as denúncias da Vaza Jato.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49793&anchor=6448646&pd=93c5a823fc32fb9de67f88f5c6a9f2dc>

Analistas cortam previsões para economia dos EUA

As perspectivas para o crescimento econômico dos Estados Unidos no primeiro trimestre de 2022 estão ficando mais obscuras, em meio à recente onda de casos de covid- 19. Consumidores enfrentam a escalada da **inflação** no país e empresas lidam com gargalos de oferta no mercado de trabalho e na produção.

Analistas consultados pelo The Wall Street Journal, este mês, reduziram suas expectativas de crescimento dos EUA no primeiro trimestre em mais de um ponto porcentual, para uma taxa anual de 3% - era 4,2% na pesquisa de outubro.

A combinação de **inflação** mais alta, restrições na cadeia de suprimentos e a variante Ômicron, que se espalha rapidamente, também fez com que os economistas reduzissem a previsão de crescimento para 3,3% no ano atual como um todo. Na pesquisa anterior, a projeção era de avanço de 3,6% no Produto Interno Bruto (**PIB**) em 2022.

A **inflação** em espiral poderia forçar o Federal Reserve (Fed, o banco central americano) a aumentar agressivamente as taxas de juros, arriscando a deflagração de uma recessão.

Em média, os entrevistados acreditam que a **inflação** ao consumidor anual nos Estados Unidos deve desacelerar da taxa de 7% registrada em dezembro para 5% em junho - substancialmente acima dos 3,4% previstos em outubro.

Quase dois terços dos participantes da pesquisa esperam que o Federal Reserve eleve as taxas de juros em sua reunião de política monetária de 15 a 16 de março e continue aumentando- as ao longo do ano.

Mais da metade dos analistas espera três aumentos este ano, enquanto quase um terço espera mais de três elevações.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Os emergentes e os riscos externos (Editorial)



O rápido aumento do número de pessoas infectadas pela variante Ômicron da covid-19 já inibe as projeções para a economia brasileira em 2022. Novos elementos no cenário internacional tornam o quadro ainda menos animador. O endurecimento da política monetária dos Estados Unidos, para conter a alta média dos preços no país, pode ter impacto nas demais economias, em particular nas emergentes. Quanto mais frágeis suas condições financeiras e fiscais, maior poderá ser o efeito das decisões do Federal Reserve Board (Fed, o banco central americano).

As expectativas dos analistas consultados semanalmente pelo Banco Central para a elaboração de seu boletim Focus estão se deteriorando há tempos e, no resultado mais recente, a projeção para o crescimento da economia brasileira neste ano ficou em 0,28%. Uma semana antes fora de 0,36% e um mês antes, de 0,50%. Alertas do exterior podem reforçar essa tendência. Incertezas geradas pelo governo Bolsonaro agravam a situação.

Há pouco, o Fed indicou que vai elevar os juros antes do que previam os analistas em todo o mundo.

Os possíveis impactos dessa decisão "tornam ainda mais incertas" as perspectivas para os países emergentes, adverte o Fundo Monetário Internacional (FMI) em artigo assinado por Stephan Danninger,

Kenneth Kang e Hélène Poirson.

Preocupações sobre a **inflação** doméstica e sobre o custo de ativos cotados em moeda estrangeira já forçaram alguns países a aumentar os juros internos, diz o artigo, que cita os casos do Brasil, da Rússia e da África do Sul. Mas há outros pontos do texto que, embora tratem dos países emergentes em geral, parecem referir-se especificamente ao Brasil.

Ao contrário dos Estados Unidos, a recuperação nesses países tem sido mais lenta e menos vigorosa e a situação do mercado de trabalho é bem menos confortável. Em alguns deles, a **inflação** é bem mais alta e o desemprego mais acentuado, como no Brasil.

Do lado positivo, o Banco Central do Brasil vem mantendo as linhas da política monetária e o País dispõe de reservas cambiais em volume robusto.

São fatores que, corretamente administrados, podem ajudar a manter o mercado de câmbio relativamente calmo. Mas a preservação do ambiente de relativa normalidade, adverte o FMI, não prescinde de um ajuste macroeconômico.

É nesse ponto que as vulnerabilidades do Brasil emergem. A eficaz combinação de escolhas difíceis que compatibilizem economia interna frágil com estabilidade dos preços e equilíbrio das contas externas é o caminho indicado. Mas, sob o governo Bolsonaro, além da gestão prudente da política monetária, pouco se pode apontar de positivo no sentido da estabilidade dos preços e de estímulos à recuperação da atividade econômica.

A desvalorização da moeda nacional ante o dólar, bem mais acentuada aqui do que nos demais países emergentes, decorre da insegurança que atos e palavras irresponsáveis do presidente da República disseminam diariamente. Sendo este um ano eleitoral, o risco de desatinos do presidente tende a aumentar.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Brasil vive ameaça de "tempestade perfeita", afirma Zilberman

Anais Fernandes e Victor Rezende De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187116

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187116

Uso de FGTS para moradia popular perde força em 2021

Edna Simão De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187116

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187116

Dívida global com rendimento negativo recua para US\$ 10 tri

Kate Duguid e Tommy Stubbington

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187116?page=1§ion=4

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187116?page=1§ion=4

Renegociação de dívidas volta à cena com alta da inflação

Álvaro Campos e Talita Moreira

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187116?page=1§ion=4

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187116?page=1§ion=4

Após longa folga e funk em lancha, Bolsonaro perde força entre os evangélicos - COLUNA DO ESTADÃO



**ALBERTO BOMBIG, COM CAMILA TURTELLI E
MATHEUS LARA**

Os constantes sinais de queda na intenção de voto em Jair Bolsonaro entre o eleitorado evangélico começam a preocupar governistas e gente do "bolsonarismo raiz". Nem as mais recentes declarações defendendo a agenda conservadora nos costumes nem a indicação de André Mendonça para o STF parecem ter sido suficientes para alterar o rumo dessa tendência. Os motivos da corrosão são incertos e, muito provavelmente, passam pelas dificuldades dos brasileiros na economia. Porém, começa a ganhar força a ideia de que atitudes de Bolsonaro no cotidiano, como dançar funk em uma lancha junto com uma mulher de biquíni e sugerir pouco apreço ao trabalho, estão repelindo evangélicos.

COLADOS.

Segundo a mais recente pesquisa Genial/Quaest, Lula (PT), com 35%, e Bolsonaro (PL), com 34%, estão tecnicamente empatados em intenção de voto para presidente entre os eleitores evangélicos.

MAIS ESSA.

Um líder evangélico do Congresso lembra ainda que Bolsonaro deixou uma imagem de "corpo mole" durante o trâmite da indicação de André Mendonça, o "terrivelmente evangélico", para o STF.

ELA.

Quem acabou capitalizando a simpatia dos evangélicos na novela Mendonça foi Michelle Bolsonaro. É justamente com a força da primeira-dama entre os evangélicos que os bolsonaristas esperam reverter a tendência de queda.

VEM MAIS.

Claro, Bolsonaro também apostará na radicalização do discurso conservador e no ataque a adversários.

LULA EM BAIXA.

A mesma pesquisa Genial/Quaest, com exclusividade para a Coluna, aponta dificuldades para Lula entre o agronegócio brasileiro.

Na região Centro-Oeste, "celeiro do País", o petista tem 28% ante 38% de Bolsonaro.

VOLTA...

Desde que esteve com Lula e Fernando Haddad em um jantar no fim do ano passado, em São Paulo, Marta Suplicy tem alimentado sonhos de que poderá voltar ao PT. Ela deixou o partido em 2015, durante a crise que acabaria derrubando Dilma Rousseff, seu desafeto na sigla.

...MARTA?

Quem se empenha em criar condições para o retorno de Marta é o advogado Marco Aurélio de Carvalho. Segundo o militante petista e coordenador do Grupo Prerrogativas, eventuais mágoas devem ficar no passado. "O momento é de olhar para frente e reconstruir o País", afirma ele.

PARA LEMBRAR.

Marta, que ocupa a Secretaria Municipal de Relações Internacionais na administração Ricardo Nunes (MDB), em São Paulo, saiu do PT dizendo não ter como "conviver" com escândalos.

AÇÃO.

O Comitê Internacional da Cruz Vermelha parabenizou a Prefeitura de SP por criar a Política Municipal de Busca de Pessoas Desaparecidas.

O tema está entre as prioridades da organização de direitos humanos fundada em 1863.

PRONTO, FALEI!

João Amoêdo, Ex-presidente do Partido Novo

"A **reforma política** deveria começar pelo fim de dinheiro público para legendas e campanhas", após 'Estadão' mostrar desvios no uso do Fundo Partidário.

CLICK

Flavia Arruda, Ministra de Jair Bolsonaro

Titular da Secretaria de Governo interrompeu as férias para ir até a Base Aérea de Salvador recepcionar a chegada das doses das vacinas pediátricas.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>